

**“Agora eu sou piranha e ninguém vai me segurar”**  
Um manifesto pela devoração sexual

Ana Paula Garcia Boscatti<sup>1</sup>  
Letícia Cardoso Barreto<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho versa sobre o que nomeamos de “piranhidades”, uma articulação entre eixos interpretativos de gênero e sexualidade que conflagram um conjunto de práticas, formas de subjetivação e efeitos do poder como dimensões integradas e produtoras da diferença. Para isso, busca-se identificar algumas estratégias de disciplinamentos e práticas de si oriundas da relação entre pornografia, cultura de massa e medicalização. Por outro lado, procuramos propor uma “ética piranha” conflagrada por práticas de hibridismo que possibilitem construir caminhos analíticos que reivindicam para as “piranhas” um espaço de enunciação de si e de agência. Consequentemente, optamos por construir uma narrativa situada que pretende elaborar possibilidades teóricas ao tratar dos modos e de condições subjetivação dessas sujeitas como agentes políticas.

**Palavras-chave:** piranhas; piranhidade; farmacopornografia,; sexualidades; hibridismo.

---

<sup>1</sup> Pesquisadora de Pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagens e Representações da Universidade Estadual de Santa Cruz (PPGL/ UESC) e bolsista do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação da CAPES (PDPG). E-mail: [apgboscatti@uesc.br](mailto:apgboscatti@uesc.br).

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Psicologia da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), líder do grupo de pesquisa PIPA (Práticas Interseccionais e Participativas) e bolsista de produtividade PQ/UEMG Edital 10/2023. E-mail: [leticia.barreto@uemg.br](mailto:leticia.barreto@uemg.br).

## Ser piranha e a ameaça aos homens: animalidade, prazer e destruição

Piranha não dá no mar, piranha  
Somente na água doce se apanha  
Tá ouvindo piranha?  
Não quero mais para mim  
Aquela falsa mulher  
Me comeu a carne toda  
Deixou meu esqueleto em pé  
Trecho da Música “Piranha” composta por Bezerra Da Silva e João Laurindo

Piranhas são conhecidos peixes que, embora nem todos sejam carnívoros, em geral possuem comportamento agressivo e formam cardumes de milhares, sendo vistos como ameaçadores. Em virtude disso, a palavra “piranha” é frequentemente associada a mulheres que, segundo o Dicionário *Oxford*, mantêm relações sexuais por dinheiro, ou com muitas pessoas. A música de Bezerra da Silva que abre o texto ilustra bem a associação entre a mulher e o peixe, ambos devoradores da carne do homem. Na canção a “falsa mulher” se diverte bebendo, jogando, se envolvendo com diversos homens aos quais engana, rouba, destrói, devendo, como punição, ser agredida e violentada. Tanto o peixe quanto a mulher assustam e causam repulsa por sua potência devoradora e capacidade de destruição.

Apesar do teor pejorativo da palavra, este trabalho não pretende enunciar as piranhas a partir de uma perspectiva somente de opressão e violência, pelo contrário, procuramos a partir da articulação entre teoria e vivências compartilhadas entre as autoras tratar dos modos e das condições de subjetivação piranha. A categoria “piranha” vem sendo mobilizada por sujeitas<sup>3</sup> em diferentes posições sociais como uma forma de afirmação e resistência às condutas femininas que visam o prazer sexual frente a uma ordem masculinista que prioriza e legitima a experimentação e a liberdade de trocas sexuais para homens. Assim, procuramos elaborar caminhos analíticos que reivindicam

---

<sup>3</sup> Adotamos o neologismo “sujeitas” bem como recorreremos a uma escrita no genérico feminino como forma de dar visibilidade ao fato de que o tema a que se refere o artigo afeta especificamente mulheres e pessoas trans.

para essas sujeitas um *lócus* de florescimento, de possibilidades, caminhos e alianças. Pretendemos situar a relação ética, estética e política de si, não a fim de consagrar um estatuto de verdade do que deve ser previamente estabelecido (ou não) em relação às piranhas, mas que possibilita caminhos e novas experimentações consigo mesmas e na relação com as outras.

Falamos assim, de uma proposta que se move em várias direções. O *devir* piranha (as piranhidades) se coloca em mutação: é constituído pelo poder/saber e está em processo de transformação, ressignificação, destruição, reiteração, conexão e multiplicação. Portanto, de um lado, anunciamos aqui alguns efeitos dos processos históricos e ações que permitiram a ascensão da piranha pela cultura de massa e a pornografia. De outro, celebramos práticas e visões constituintes de si que não se referem apenas a nossas experiências pessoais, já que também se organizam coletivamente em saberes materializados através de aprendizados comuns.

Ao pensar sobre a noção de piranha e como esta impacta em processos de subjetivação, recorremos a Michel Foucault (1986) e sua afirmação de que o discurso produz sujeitos e também produz um lugar para o sujeito onde seus significados e entendimentos ganham significação. Stuart Hall (2016), aponta que a representação tem como efeito a produção de sentido viabilizado pela linguagem, que vai delegar espaços de circulação socialmente determinados e construir a experiência de grupos sociais. Portanto, a experiência vai ser definida a partir dos sentidos construídos pela prática significativa, ou seja, “dentro e por meio de vários sistemas representacionais, que, por conveniência, nós chamamos de ‘linguagens’” (idem, 2016, p. 53-54), disseminados no cotidiano através da linguagem.

No caso das “piranhas”, o discurso constrói uma realidade para as mulheres a partir de uma relação que combina elementos estéticos criados pelas tecnologias de representação e éticos relacionados às esferas significantes do trabalho com o sexo e da imagem da “puta”. A escolha pelo termo “piranha” tem como efeito elaborar imaginação política interespecies (*piranhas sapiens*) correlacionando comportamentos e

modos de vida nomeados predatórios ao homem, não só como espécie, mas como gênero, já que estes são vistos como representantes legítimos da espécie humana e únicos dotados de racionalidade. Ao mesmo tempo, o significado atribuído à palavra piranha opera no campo das monstruosidades que causam desordem, misturando realidade e ficção científica (HARAWAY, 2017) tendo em vista a produção cinematográfica *mainstream* que associou as piranhas a histórias de terror.

Considerada perigosa, a piranha revela possibilidades de acoplamento entre humanos e animais. A animalidade aqui adquire outro sentido: animais estão em composição com humanos. Tais como os macacos que aprendem a usar a linguagem de sinais e reelaboram a ideia da exclusividade humana no domínio das línguas, as piranhas ensinam os homens a temer seu mundo epistêmico e suas estruturas de poder: nada pertence a eles, tudo pode ser devorado. Os humanos não são a forma mais eficiente, nem a mais capaz de sobreviver. A inter-relação entre humanos e animais, civilidade e selvageria podem ser mais mutáveis e porosas, e mais pautadas em seu caráter de resistência e sobrevivência à violência da circunscrição do ser humano.

Na sua forma humana, a piranha representa o perigo indócil à domesticação, retrato da imaginação política em que o peixe dentado devorador de homens combina sua ação à de corpos femininos que agenciam sua sexualidade frente às convenções sociais. As piranhas ficcionalizadas pela cultura direcionam as mulheres à ameaça destrutiva canibal, por vezes até mesmo representada na forma de vulvas dentadas. Procuram homens (e outros peixes) em rios, cidades, boates e zonas para devorá-los: dizimar suas contas bancárias, aniquilar sua honra, anunciar suas vulnerabilidades e despedaçá-los, para então, seguir em frente e rir do seu fracasso. Sua eficácia em aplicar técnicas de morte se dá de modo exponencial: elas vêm em bando, se multiplicam, atuam como algozes ferozes e impiedosos. Seus dentinhos pontiagudos e seu desejo sexual ameaçam a integridade masculina assim como suas próteses de silicone, decotes, mini-saias, maquiagens e adereços, potenciais bombas de destruição em massa.

A metáfora da aniquilação humana por outra espécie, o medo masculino frente ao agenciamento sexual feminino exigiu que a cultura produzisse discursos baseados em imagens de controle a fim de operacionalizar o medo através da regulação da sexualidade. O trabalho “*Playing the Whore*” de Melissa Grant (2014) sinaliza a puta imaginada pela cultura lida como trapaceira, interesseira, traficada e oprimida. Por consequência, há uma escala normativa que classifica dentro da própria atividade profissional da prostituta como mais ou menos aceitável. Da mesma forma, as feminilidades são um conjunto de práticas, de idealidade, do domínio e exercício de poder produzindo hierarquização entre formas de expressão. Ou seja, existem práticas de marginalização de condutas certas e erradas no interior das feminilidades em disputa conflitando alianças de ordenamento do feminino a fim de nomear as condutas erráticas. A classificação das práticas de feminilidades produz abjeção e, por conseguinte operam apelando para meios de exclusão, de forma tal que há uma desumanização dessas sujeitas tornando-as abjetas.

A ideia de humanidade não só é produzida em relação àquilo que é e contra o inumano, mas por meio de um conjunto de “forclusões, supressões radicais às quais se nega, estritamente falando, a possibilidade de articulação cultural” (BUTLER, 2019 p. 28). Desta forma, para Judith Butler não é suficiente afirmar que os seres humanos são construções, posto que há também produção sobre aquilo que é humano através de operação diferencial que produz “o mais ou menos humano, o inumano, o humanamente inconcebível” (*ibid.* p.29). Portanto, o espectro de feminilidades no interior das práticas de gênero tende a ser operacionalizado entre polos positivo e negativo à medida em que invariavelmente também estipulam operações de diferenciação e desumanização: de um lado a esposa burguesa traduz o significado positivo e de outro, enquanto a prostituta carrega o estigma presente na matriz negativa (inumana ou humanamente inconcebível).

De acordo com Silvia Federici (2017), a finalidade de regular a procriação e quebrar o controle das mulheres sobre a reprodução deram origem à criação da figura da dona de casa em tempo integral e redefiniram a posição das mulheres na sociedade e

com relação aos homens. A divisão sexual do trabalho que emergiu daí não apenas sujeitou as mulheres ao trabalho reprodutivo, mas também aumentou sua dependência em relação aos homens. Nesse contexto, Monique Prada ressalta que três trabalhos foram roubados das mulheres (PRADA, 2018, p.44 apud Federici 2017): o sexual, o reprodutivo e o doméstico. De modo que se atribuiu às esposas a obrigação dessas atividades de forma não remunerada, ao passo que a prostituição se tornou uma atividade criminalizada seja no ato ou em seu entorno. Federici (*op. cit*, 2017, p. 90) indicou que a proibição da prostituição e a expulsão das mulheres do espaço de trabalho organizado estava vinculada à aparição da figura da dona de casa e da redefinição da família como lugar para a produção da força de trabalho. Aquelas que tiveram que trabalhar fora do lar, no espaço público e para o mercado, foram representadas como megeras sexualmente agressivas, “putas” ou “bruxas”.

Historicamente, as práticas sociais, políticas e econômicas excluíram e classificaram as mulheres “erradas”: pobres, não casadas, velhas, prostitutas e bruxas, buscando operar em oposição e exclusão dentro de uma escala de possibilidades que negociavam a figura da esposa e a vida situada no espaço doméstico como normativos e corretos. No interior da lógica segregadora e binária que ordena as convenções de gênero, a esposa e a trabalhadora sexual ocupam polos opostos. Monique Prada (*op. cit*, 2018, p.10) menciona Dolores Juliano ao sinalizar que o modelo das “donas do lar” (que não são donas, na verdade, de nada) é tão pouco atraente que a única forma de controlar e explorar mulheres é fazê-las acreditar que a outra possibilidade é a pior. Neste sentido, entendemos por “piranhidades” a adoção, por mulheres cis e pessoas trans (em suas multiplicidades) de práticas sexuais e de gênero dissidentes em relação ao que se espera de uma “boa mulher”. O que permite, nesse trabalho, priorizar a articulação das categorias de gênero e sexualidade como dimensões integradas e produtoras da diferença, em processos de auto nomeação, subjetivação e diferenciação que se inscrevem em práticas de negociação e agência (e não somente desigualdade). Assim, inserimos aqui tanto mulheres que atuam na indústria do sexo como mulheres

que são socialmente categorizadas como “putas”, “vadias” ou “piranhas” em virtude de sua corporalidade, trabalho ou sexualidade.

Situar o lugar social das prostitutas dentro de uma estrutura de poder que regula, limita e condiciona possibilidades e convenções do que ser é entender que para ser nomeada “puta” não é apenas preciso exercer trabalho sexual. Monique Prada (*idem*, p. 35) lembra que o estigma é uma estratégia de dominação patriarcal, depende de você avançar a uma linha tracejada que modela o que podem ou não as mulheres, as pessoas LGBTQIAPN+, pobres, negras, etc. Nomear-se piranha é pertencer a um mesmo universo simbólico e à mesma semântica que enquadra as prostitutas. É fundamental, neste sentido reconhecer as lutas de prostitutas como lutas feministas (BARRETO, 2015) de forma que não é possível de localizar cognitivamente o escopo da piranhidade, sem associá-la as lutas do putafeminismo de Gabriela Leite, Lourdes Barretos, Indianarae Siqueira, Monique Prada, Amara Moira, Fátima Medeiros, Diana Soares, Frida Carla, entre outras.

Os processos de desumanização que atingem as piranhas e objetivam relegá-las ao lugar de violência e de menos valorização social, contudo, não são capazes de impedir processos de autonomia, inversão e até mesmo destruição do sistema que visa enquadrá-las. A música que dá nome ao artigo, cantada por Valesca Popozuda à frente do grupo de *funk* Gaiola das Popozudas, indica como a retomada da categoria acusatória “piranha” e sua ressignificação por parte das mulheres vem sendo associada como forma de poder e de questionamento do papel social e sexual a ser ocupado por mulheres na nossa sociedade. O “ser piranha” como papel a ser deliberadamente assumido ou ressignificado, como na canção, possibilita o rompimento com amarras que permitem à mulher subir ao palco, ir atrás do homem que a interessa, demandar o que deseja no ato sexual, ou se inserir no mercado do sexo.

O lugar social ocupado pelas piranhas é um lugar marcado por olhares externos que, ao se depararem com uma estética piranha, a consideram fruto de um processo de objetificação em que estas mulheres, ao se constituírem corporalmente a partir de um

suposto desejo do homem, estariam paralelamente abrindo mão de suas vontades, desejos e prazer. A “mulher objeto” é vista costumeiramente por vertentes do feminismo anti-sexo (DA SILVA, 2023) como sendo aquela cuja libertação possibilitará a libertação das mulheres como categoria. Assim, eliminar estereótipos de uma feminilidade piranha, eliminar a prostituição, eliminar a pornografia, seriam formas de romper com o patriarcado. Na busca por uma revolução feminista, se propaga que é preciso eliminar os prostíbulo e fechar os decotes e, assim, a pretensa revolução se alinha historicamente a discursos conservadores que buscam estabelecer um outro ideal de comportamento de mulheres que dificulta a busca autônoma por sexo e prazer, especialmente no contato sexual.

A escolha pelo termo “piranha” é situada e remete também à nossa vivência pessoal e enquanto pesquisadoras. Somos duas mulheres brancas cis. De um lado uma mulher que encontrou na auto nomeação como piranha um espaço de autonomia: uma trincheira existencial que não necessariamente reduzia seus desejos a uma identidade sexual fixa. Alguém que preferiu marcar o seu corpo como “piranha” para deixar um rastro da sua subjetividade e tensionar os limites espaciais do que é ou não aceitável em relação ao *dress code* e o comportamento esperado. De outro, uma mulher casada, mãe de duas crianças que, apesar de seguir à risca o que se espera de uma “mulher de verdade”, se encontrou ainda na graduação com as prostitutas e produziu suas pesquisas e práticas profissionais junto a elas, tendo uma vivência piranha e sendo muitas vezes vista como desbocada e inadequada nos espaços familiares e acadêmicos. Se nosso agir piranha se colocou muitas vezes como algo a ser combatido, especialmente nos espaços acadêmicos, visamos aqui reivindicar o espaço da piranhagem em suas múltiplas facetas, como espaço de produção de saberes e de transformações que desafiam os sistemas sexo-gênero-capital.

### **A farmapornografia e a materialização de piranhidades**

Preciado (2018) aponta que a pornografia, o feminismo e a prostituição tem uma história social juntos e que foram separados e espacializados para fins de regulação através da história da arte. Segregam-se espaços, acessos e imagens possíveis de serem admiradas por um ou outro corpo. Da mesma maneira, as práticas sociais e a cultura de massa têm fragmentado por ordem da excepcionalidade os corpos que são sedutores, “empoderados” e abjetos estabelecendo por onde circulam e quem pode acessá-los.

Exemplos disso: as garotas de Ipanema e as “mulatas” do Carnaval nos anos 70 e 80. Dois modelos inscritos em um contexto de ressexualização e mercantilização da cidade do Rio de Janeiro. De um lado, a zona sul promotora de imaginários branco-normativos atribuíam à carioca da zona sul o efeito de regular os imaginários sexo-raciais sobre a cidade em ascensão econômica. De outro, as “mulatas” do Carnaval, são marcadas discursivamente por pertencerem apenas ao universo simbólico do Carnaval e às formas tradicionais de cultura e folclorização. Ou seja, as demarcações semióticas tinham como fins e meios produzirem regulação nos espaços de circulação e representação, como indica Boscatti (2021).

As piranhas ficcionalizadas pela cultura de massa e a pornografia também têm materialidade discursiva. São operacionalizadas por camadas de significado que garantem a ordem da representação. Os esforços de poder no ímpeto de separar a piranha do feminismo produziam uma operação ética no mundo social: cooptaram a imagem da piranha transformando-a na representação de um modelo de regulação inspirado na pornografia, na reconstrução corporal e na farmacológica cuja identidade foi capturada a favor do neoliberalismo, da supremacia branca e do fascismo anti-gordura.

Por se tratar de uma representação superficial e problemática, esses modelos reguladores de gênero, raça, geração, classe e nacionalidade foram esvaziados de um compromisso coletivo com as lutas feministas. As discussões do feminismo anti-sexo ao criticarem esse modelo favoreceram a promoção de um modelo de feminilidade irreal, unidimensional e racista ignoraram que a ficcionalização de um corpo pelas tecnologias

de representação não levou em consideração processos de constituição de si, negociações cotidianas mediadas por campos de possibilidades e agenciamentos.

Para pensar a emergência contemporânea da figura da piranha é preciso situar uma alteração estrutural dentro do próprio regime capitalista que modificou as formas de produção da masculinidade e da feminilidade. Assim como Silvia Federici analisa a relação entre a ascensão do capitalismo e sua correlação com a consolidação da figura da dona de casa, as transformações mais recentes no modo de produção também afetaram a expansão dos imaginários políticos e atualizaram as formas de expropriação do corpo e do trabalho. Preciado constrói um modelo interpretativo do capitalismo que alterou radicalmente o modelo fordista de produção. Para o autor, a partir dos anos 1950, a farmacopornografia (PRECIADO, 2010, p. 112) desponta como um novo regime econômico que atua na produção de subjetividades não mais na gestão das multidões (como na sua forma biopolítica do século XIX), mas através de próteses bioquímicas e moléculas do nosso corpo.

Para revelar as transformações derivadas da farmacopornografia, Preciado analisou o conglomerado *Playboy* e suas extensões arquitetônicas a fim de revelar as nuances que caracterizaram a ascensão dessa outra expressão do capitalismo de forma que os produtos midiáticos da *Playboy* materializam as transformações na sociedade de consumo através da cultura de massa. Mulheres nuas no interior de uma casa (mansão *Playboy*) anunciavam a nova utopia de marketing do sexo comercializável, ao mesmo tempo em que deflagravam novas formas de expressão de uma masculinidade que encontrava na intimidade do lar, rodeado por tecnologias, a segurança e a satisfação de uma sociedade recentemente abalada pela guerra. Preciado elege como personagem que caracteriza esse novo momento do capitalismo o *playboy* urbano rodeado de bens e serviços *high tech* que passa o tempo em casa realizando suas fantasias sexuais com mulheres nuas, representado pelo magnata Hugh Hefner, fundador da revista e dono da mansão. No modelo comercializado pela *Playboy* as tecnologias e eletrodomésticos fruto da sociedade do consumo aparecem como forma de apagar a tarefas de reprodução

da vida cotidiana realizada por mulheres que figuravam nesse espaço a fim de se divertirem e experimentarem uma vida sexual intensa (apesar de atuarem como modelos e atrizes profissionais).

No entanto, a “sexopolítica” do poder não elegeu apenas identidades masculinas para cooptar pedagogicamente através de códigos normativos de gênero, como também acionou corpos femininos para regular suas formas, comercializar e, finalmente, expropriar as subjetividades. O capitalismo não é somente um homem maduro, rico, de roupão e um copo de *whisky* na mão, como também é uma mulher jovem, gostosa, com seu corpo à mostra e pretensa ou factualmente disponível sexualmente. As trocas de relações sexuais por dinheiro, no interior desta casa ganham outro sentido já que não são senão um cenário discursivamente e espacialmente produzido como uma expressão do regime pornofármico.

Nesse palco, dinheiro e possibilidades sexuais circulam através de uma imaginação política que significou a masculinidade como receptora e operadora das fantasias sexuais de consumo. No entanto, a utopia farmacopornográfica também incluiu corpos femininos desfrutando das vantagens do consumo, exercendo trabalho remunerado e operacionalizando suas próprias aventuras sexuais. Apesar de coabitarem o mesmo espaço (mansão *Playboy*) e reconstruírem um ideário de vida doméstica distante dos modelos médicos-reprodutivos do início do século, as garotas *Playboy* também caracterizavam as transformações sexo-temporais que a pílula anticoncepcional permitia acessar. Prazer, drogas e sexo cooptavam a revolução sexual e suas vantagens na experimentação do desejo. As tecnologias discursivas oriundas do capitalismo masturbatório elegiam as formas pelas quais as feminilidades deveriam performar o corpo acompanhando a tendência *soft porn* que se tornou a linguagem da cultura de massa. Hefner buscava transformar cenas da vida comum de qualquer “garota americana” em imagens em cor sistematicamente teatralizadas e concebidas para circulação e reprodução de massa, ressexualizando a vizinhança e revelando a

intimidade da vida doméstica: o olhar masculino como receptor e sujeito discursivo mirava uma silhueta atrás da janela, em uma troca de roupa, um banho de espuma.

O regime pornofármico, tal como uma face do capitalismo (que está em constante atualização), depende da expropriação, da repetição, da exclusão da humanidade e do controle da subjetividade por meio da medicalização. A associação entre pornografia, consumo, farmacologia e cultura de massa passou a caracterizar novas expressões de feminilidade que assumem um ideal simbólico. Contudo, como apresenta Butler “o ideal que se procura espelhar depende do próprio espelhamento entendido como ideal” (*op. cit.*, p.38), pois se a construção simbólica de idealidade da piranha conflagra-se a uma série de injunções normatizantes que fixam os limites das feminilidades operam também mediante a ameaça da abjeção e da impossibilidade psíquica de existir. As tecnologias discursivas, ao longo do tempo, reiteram um processo de materialização que se estabiliza, a fim de produzir o efeito de demarcação, de fixidez e de superfície que Butler nomeia matéria. Logo, os sujeitos piranha materializam-se através de uma série de condicionamentos semióticos e técnicos que ligam uma estética (modos de vestir, falar, andar e formas do corpo feminino) a uma ética (condutas ou modos de agir).

A materialidade da piranha contemporânea é formada e mantida à maneira e através da materialização de normas reguladoras que são cisheteronormativas. Para assegurar a materialização de normas é preciso que ocorram processos identificatórios pelos quais as normas do que é ser piranha são assumidas ou apropriadas. Apesar dessas identificações precederem e permitirem a formação do sujeito, elas não são realizadas por ele, mas sim por regulações de poder/ saber (FOUCAULT, 2014). A materialidade da prisão acontece na medida em que é um instrumento de poder, de modo que a prisão é materializada conforme é investido o poder, portanto, não existe prisão antes de sua materialização. De forma semelhante, a materialidade do corpo piranha (tal como uma imaginação política desenhada em inúmeras formas e camadas pela cultura de massa) existe a partir e de modo que é operacionalizado pelo poder farmacopornográfico. Ou

seja, dispositivos como a pornografia, o consumo de fármacos e a cultura de massa passam a instrumentalizar essa materialidade.

Seminuas, com dinheiro e possibilidades afetivas e sexuais, as piranhas reorganizavam os modelos biopolíticos e como menciona Preciado (2010. p. 61) figuram como “modelos complementares” aos arquétipos de mãe e esposa. Por conseguinte, abrem-se novas possibilidades de representação via cultura de massa: a solteira disponível, a amante, a garota que se interessa por homens e dinheiro e a *sugar baby*. A pornografia abria novas linhas de imaginação política ao mesmo tempo criavam um paradoxo.

A farmacopornografia comercializava a piranha como um ideal de feminilidade, uma utopia pública compartilhada para todas as mulheres que custava caro para ser experimentado. Com o avanço do neoliberalismo recente: “não se nasce mulher” como diria Simone de Beauvoir (1980), mas sim, “compra-se”. Os esforços performativos em transformar corpos femininos ou masculinos relacionam-se com a produção da subjetividade e a identidade, mas também com o acesso material ao parcelamento via cartão de crédito que oferece possibilidade de compra de cabelos, boca, nariz, cílios, peito, maquiagem, etc. A indústria consolida a imagem da piranha como corpo e comportamento e despeja a piranha em um triturador de subjetividade. O capitalismo comercializa a ética piranha nos seus modos de representação, técnicas de sedução e saberes constituídos ao longo de aprendizados sociais: o olhar, o jogo de pernas, as técnicas de sedução, a sexualidade fluida, o movimento dos cabelos e a fala. Ao mesmo tempo em que situa essas práticas no interior de um sistema discursivo binário no qual atribui polos opostos de norma e abjeção (entre esposa e puta) que conformou a estrutura sexo-normativa no capitalismo a fim de naturalizar papéis de gênero, garantir o trabalho não remunerado de mulheres e produzir culpa e desprezo (por aquelas que são dissidentes dessa ordem).

### **Pornonacionalismo: a capitalização de uma brasilidade piranha**

O processo de constituição de uma estética piranha também se produz em território brasileiro, no qual ganha contornos próprios que se produzem a partir do lugar do Brasil como território de mulheres gostosas, sexualizadas e disponíveis. Suely Rolnik (2021) afirma que nos anos 1970 o contexto autoritário no país permite a ascensão de uma política de subjetividade cuja função é deslocar as políticas do desejo permitindo a produção de subjetividades flexíveis. Uma das consequências da transformação das políticas de subjetividade é a produção da brasilidade condicionada pelo neoliberalismo. Por conseguinte, a subjetividade local se orientou pela submissão ao capitalismo cognitivo (NEGRI; VERCEILONE, 2008) no qual se identificou com mundos virtuais propostos pelo mercado, utopias e paraísos imaginados.

A antropofagia dos anos 1920 dá lugar à antropofagia zumbi que versa sobre essa subjetividade desterritorializada e instável que negociou elementos de referência rearticulando-os a outros territórios. Diferente do que sugerem as vanguardas brasileiras através da recriação do mito fundacional do canibalismo cultural como uma afronta à presença de culturas colonizadoras, a hibridização da cultura ao dissolver as hierarquias geopolíticas pela impossibilidade de estabilidade provocou também deslumbramento e alienação. Rolnik aponta a produção de uma subjetividade mutante incorporada à imagem da identidade nacional e a produção da brasilidade se ampara nessa subjetividade flexível e desterritorializada. O consumo e a cultura de massa passam a regular a ideia de brasilidade negociando biquínis de *lycra*, técnicas de cuidado do corpo, acessórios cosméticos e cirurgias plásticas que passam a caracterizar o Brasil em contextos transnacionais ao passo que também passam a ressignificá-lo ao ser reincorporado. A subjetividade é mobilizada a serviço da guerra estética global cooptando a experimentação sexual para operacionalizar a identidade nacional. A antropofagia orientada pelas práticas do capital internacional é um *devoir* de operação e

atualização das subjetividades que conduz consumidores/ produtores a desterritorialização.

Nomeia-se pornonacionalismo (GARCIA BOSCATI, 2023) o regime de poder que relacionou espaço, prazer e a captura das identidades de gênero que buscavam regular modelos de brasilidade. A partir dos anos 70, a construção semiótica da brasileira vai se traduzir no modelo sexopolítico da Garota de Ipanema e a “Mulata” do Carnaval: seminuas, acessíveis sexualmente e esteticamente *high tech*. Elas mediam a relação entre capital e brasilidade, neocolonialismo e tecnologia, pornografia e autonomia sexual. Livres, gostosas e disponíveis, esses dois modelos interpretativos da nacionalidade são uma construção *soft porn* que inaugura a imaginação política da brasilidade vinculada a uma subjetividade piranha.

Por conseguinte, a imagem da garota da praia e da “mulata” do Carnaval cristalizadas em produtos audiovisuais e discursivos tomados como regime de verdade, permitiram que a brasileira figurasse em contextos globais como uma feminilidade piranha. Capturada pelo neoliberalismo em formato farmacopornográfico, a brasileira protagonizou durante algumas décadas como “os corpos mais desenvolvidos do mundo”, “as mais *sexys*” permitindo com que mulheres do Brasil acessassem bons casamentos e posições de prestígio seja no mercado do sexo pago ou mesmo da moda. Ao mesmo tempo, as geopolíticas globais expropriaram das brasileiras as suas singularidades, assim como fazem com as piranhas em geral, localizando-as nas esferas negativas das dualidades das feminilidades, logo, tomando sua subjetividade e autonomia para utilizarem como um recurso de mercado.

As transformações sociais oriundas do regime pornofármico cujo modelo interpretativo foi a *Playboy*, produziram uma série de contingenciamentos locais, nacionais e transnacionais. Deste modo, as piranhas passaram a figurar como uma personagem central e descartável para a produção de nacionalidades, ao mesmo tempo permitiram dissimular a lei produzindo efeitos materiais. Apesar de supostamente serem usadas e dispensadas pelo tecnopatriarcado, a subjetividade piranha sinaliza uma ética

política própria, reciclada e híbrida. Portanto, conduzir um caminho analítico que procura tornar visíveis esferas de subjetivação que foram ignoradas pelos processos históricos é também falar sobre prazer e gozo, angústia e divertimento, esferas centrais do modo de produção neoliberal.

### ***Potentia gaudendi: o motor capitalista do gozo como sujeição e ruptura***

As tecnologias de comunicação dependem da manutenção, investimento e retroalimentação da materialidade da piranha que é cooptada como *potentia gaudendi* (PRECIADO, 2008) do regime. Segundo Preciado (2019) as transformações desse modelo interpretativo não surgem da exploração da força de trabalho, mas da expropriação da *potentia gaudendi*, da capacidade de gozar. É a potência de gozar que historicamente foi transformada e reduzida a trabalho reprodutivo ou masturbatório. Desta maneira, a pílula e a *Playboy* tornam-se, assim, elementos constituintes de uma era farmacopornográfica, no qual é instrumentalizada uma “cooperação masturbatória” (MÜNCHOW, 2021) global. A *potentia gaudendi*, para Preciado é uma substituição do conceito de força de trabalho, que se refere à capacidade atual ou virtual de excitação total de um corpo, torna-se “regulada por uma lógica masturbatória que nos excita e nos controla com a finalidade de extrair mais valia: o tecnogozo” (MÜNCHOW, 2014, p. 199). A fim de produzir interpretações sobre a sexopolítica contemporânea, Preciado direciona seus estudos para os processos que apontam para a tecnificação da gestão do corpo.

A *potentia gaudendi* e seu *devir* excitação é cooptada pelos poderes para extrair mais valia dos trabalhadores/ consumidores/ produtores do regime. A sexopolítica captura as identidades de gênero, as formas femininas (e masculinas) para emprestar significados a uma codificação normativa. Repetir e retomar uma norma reguladora permite a edificação do gênero e de sua essência: os atos descontínuos que reforçam o gênero nos distintos corpos autorizam determinada ontologia de gênero, que só é

possível a partir da repetição desses mesmos atos. Mas esse procedimento não é um construto integral e terminado; ele é, ao invés, composto por brechas, abertas por aquilo que a norma determina como exterior a si mesma. Para uma lei ser estabelecida ela precisa enunciar aquilo que não é; entretanto aquilo que nega é parte de si mesma. O gênero está sempre perpassado por elementos que supostamente são externos a ele, fundamentando áreas de abjeção e indignidade; todavia, tal excedente permite o questionamento, expondo o gênero a releituras e paródias que revelam sua marca performativa.

Neste cenário é importante a compreensão de que o processo de representação se dá, sobretudo, a partir da construção sobre os sujeitos. Judith Butler (2019) destaca que não há um sujeito que seja determinado exclusivamente pela linguagem, já que a ontologia do sujeito é uma invenção. Apesar disso, sugere um lócus de ambivalência no processo de formação do sujeito, visto que mesmo perante a lei, a convenção e o discurso, existirá uma fresta, uma fissura, um espaço de dissidência e subversão no jogo da linguagem. É nesse fracasso, nesse vão na constituição dos sujeitos onde habita a dissidência. Portanto, de acordo com Butler, o discurso pressupõe o contradiscurso, ou seja, a própria formação do sujeito já pressupõe um espaço de fissura.

As convenções sociais historicamente condicionaram as mulheres à castidade, criminalizaram e marginalizam o sexo pago e opuseram a relação entre amor e dinheiro. Desta maneira, as trabalhadoras sexuais e piranhas passaram a fissurar a relação entre regra e discurso, o que por sua vez, provocou também práticas de estigmatização e abjeção no interior das feminilidades e grupos de mulheres. Se a farmacopornografia explorou a mais valia via *potentia gaudendi* permitiu um outro ordenamento das lógicas constitutivas dos sujeitos: as feminilidades dependem da identificação com práticas de idealidade e poder no interior do seu sistema de regulação, ao mesmo tempo em que deflagraram desidentificação e medo (euforia e angústia)

Segundo Federici (*op. cit.*, 2017), a denúncia de Marx ao capitalismo evoca a expropriação como elemento fundador. Permitindo assim, que se amplie o olhar sobre

as formas de atuação do capital que se multiplicam e resignificam através do roubo da terra colonial, o cercamento e expulsão do camponês da terra, expropriação do útero das mulheres e a naturalização do trabalho não remunerado para as mesmas. A expropriação, a invasão e a violência são recursos que se atualizam com as transformações do regime econômico. Em sua forma farmacopornográfica, o capitalismo expropria *potentia gaudendi* das sujeitas e regula sua forma de operacionalização com fins sexopolíticos. Por outro lado, captura as piranhas como símbolo e sinédoque do próprio regime atravessado por dispositivos de regulação de gênero atuando a partir de normas de identificação e, ao mesmo tempo, desidentificação.

Ao localizarem a piranha como um símbolo de um regime, passa-se a produzir identificação. No entanto, a identificação para Butler “é uma trajetória e uma resolução fantasmática do desejo; uma adoção de lugar; uma territorialização de um objeto” (*op. cit.* p.182). Assim, permite que haja identidade através da resolução temporária do desejo, embora continue sendo desejo ainda que apenas o seja de maneira a desprezar o que deseja. Segundo a autora, a sexualidade é movida tanto pela fantasia de recuperar objetos proibidos quanto pelo desejo de continuar protegido da ameaça de punição que tal restabelecimento pode trazer. O amedrontamento frente à proibição e à punição no que concerne o ordenamento negativo do polo binário no interior das práticas de produção de feminilidade conduzem a identificação e negação das mulheridades piranha, as piranhidades. Deste modo, certas identificações são produzidas, para poder instaurar uma desidentificação com uma posição que parece excessivamente implicada de dor, posição essa que, sucessivamente, só pode ser ocupada segundo a imaginação da perda total da identidade viável.

Assim, o sentido pejorativo dado à piranha no interior das feminilidades atua como uma proposta de criação de um “bode expiatório”, uma nomeação que se dá à outra para desviar atenção de um dano infligido a ela mesma. Em resumo, a piranha é o veículo de deslocamento mediante o qual Butler entende que “alguém sente através do

outro e como o outro”, mas é inibida de exigir em próprio nome (por medo de ser ainda mais impregnado por essa própria abjeção). Deste modo, em nome da Outra “piranha” denunciam suas atitudes impróprias trazendo à tona reivindicações que deveriam ser para si próprias. Ao produzirem identificação e desidentificação nomearem corpos seus como piranhas, lhes oferecem diamantes, tiram sua roupa, criam inseguranças, sugerem cirurgias plásticas, as vestem novamente com a roupa da moda, expõem sua vida sexual e progressivamente aplicam técnicas de exclusão e estigmatização para finalmente, produzir sofrimento psicológico.

Marilyn Monroe era a própria face do regime pornofármico, posando para a revista *Playboy* em 1953. Depois de uma infância pobre circulando por orfanatos e com a mãe regularmente internada para tratamentos psicológicos, Marilyn Monroe, teatralizava a garota acessível sexualmente, dócil e disponível produzida pelas tecnologias de consumo de gênero. Pessoalmente teve sua vida pessoal exposta, pois era o combustível de um regime cuja gramática dependia da promoção e exteriorização da intimidade. A exposição de suas características desenhava Marilyn Monroe como mulher angustiada e ao mesmo tempo eufórica: o próprio retrato da *potentia gaudendi* cuja subjetividade era controlada por drogas e medicamentos.

Marilyn não era só um modelo comercializável por empresas de cosméticos, moda e emagrecimento. Marilyn não era só um modelo de feminilidade, mas de piranhidade. Marilyn traduzia uma contradição fundamental da farmacopornografia: as piranhas são a face do capitalismo contemporâneo, contudo, apesar de serem um produto de regime é ele mesmo que segrega os corpos piranhas, pois depende do ordenamento binário (entre esposa e puta) que estruturou o modo de vida capitalista. Conseqüentemente, coloca na base do seu funcionamento o linchamento moral público da sua conduta e o esmagamento da subjetividade com fins de regulação das ambiguidades de gênero para assim confirmar a idealidade e correção da figura da esposa não remunerada (que é a base do sistema capitalista).

Na roda do poder, os saberes médicos nomeiam essas violências de “transtornos mentais”, individualizam questões estruturais (associadas a marginalização e estigmatização) que só podem ser curadas por meio de fármacos. Ou seja, o ciclo entre pornografia, reconstrução corporal, exteriorização da domesticidade e controle da subjetividade por meio de fármacos se torna contínuo. Tecnologias discursivas foram criadas para teatralizar formas de atuar do corpo, a fim de manterem todos os corpos femininos na linha, garantindo que é necessário não agir como puta para não ser socialmente caracterizada como tal. Os dispositivos de representação deram um corpo, uma forma, um comportamento, um *dress code* à prostituta (ou à piranha) para que elas fossem facilmente caracterizadas e descartadas. Por ser o próprio capitalismo pornofármico, Marilyn Monroe, expôs as transformações na sociedade de consumo dos EUA, materializando que o sonho americano poderia ser comprado via aspiradores de pó e automóveis. Mas além disso, a feminilidade poderia ser igualmente fabricada (em fases no processo de produção da mesma forma que um carro) e comprada tal como qualquer outro produto: sete camadas de batom vermelho (uma de branco por cima para dar volume), o cabelo platinado com cachos desenhados estavam à disposição da mulher de classe média americana (que tivesse capital e disponibilidade) para aplicar técnicas de controle e produção do corpo.

Assim, como Marilyn Monroe, que teve sua subjetividade piranha devorada por estruturas de poder e enriquecimento, outras piranhas também vivenciam processos de sujeição. A fim de denuncia-los, piranhas reivindicam através do seu corpo (sua ferramenta de luta) e aclamam por reconhecimento histórico e escuta no interior dos feminismos para a inscrição de diferentes posições de sujeito e formas de atuação política. Se de um lado, a estrutura de poder se faz pelo gozo, é pelo gozo que essa estrutura pode ser devorada.

O prazer no sexo pago desafia a um só tempo as estruturas capitalistas e patriarcais, possibilitando às mulheres o acesso a valores significativos de dinheiro e também a prazer e gozo. Ao conversar com uma profissional do sexo, durante pesquisa

de doutorado, ela conta que conhece tão bem seu corpo que goza como e quando quiser e que em um dia normal de trabalho atinge facilmente oito vezes o orgasmo e ainda recebe por isso, seu gozo rompe com as possibilidades restritas de prazer que se abrem para uma mulher casada, por exemplo (BARRETO, 2015). O seu gozo é jorro de prazer que urra contra a mesmice do sexo que nos conforma a uma vida pacata e pouco emocionante como se espera das mulheres. A piranha, desprezada e temida por homens e mulheres, goza e neste gozo, devora o sistema que a sujeita.

### **Canibalização piranha e denúncia: a constituição de nós**

As rasuras na produção de condutas femininas permitiram que condições históricas e sociais flagrassem na mansão *Playboy* comportamentos sexuais alternativos como sexo com inúmeras pessoas, sexo por dinheiro, com pessoas de ambos os sexos, em grupo, etc. A ética piranha produzida pela farmacopornografia capturou práticas sexuais dissidentes como parte de seu imaginário social (por mais que fossem orientadas pelo olhar masculino dominante). Visamos neste trecho do texto, refletir como a vivência piranha se constitui a partir de um contexto real das autoras como possibilidade de fissurar o sistema.

Uma de nós foi nomeada piranha desde a quarta série. Outros adjetivos também já me qualificaram: vadia, vagabunda, fácil, piriguete, puta, etc. No final da década de noventa, quando ainda era criança, as referências audiovisuais sobre as quais a cultura de massa veiculava lembravam da importância do corpo na teatralização das identidades femininas. Ao mesmo tempo em que se criavam musas e rainhas do bumbum, em que se falava sobre sexo e corpo repetidamente através de coreografias e refrãos, os programas de auditório da televisão aberta entravam numa disputa entre si.

Esse conflito envolvia investimentos de anunciantes e índices de audiência. Os recursos tecnológicos permitiam avaliar em tempo real a quantidade de aparelhos conectados a cada programa e possíveis alterações no fluxo de interesse dos

telespectadores. Havia um controle virtual simultâneo que reagia positivamente ou negativamente aos índices de acordo com a programação exibida e, conseqüentemente, a busca alucinante pela ascensão dos números e estatísticas permitiu o uso indiscriminado de estratégias de captação da atenção. No entanto, a consequência disso foi uma ampla exposição dos corpos: sushi erótico, a prova da banheira, as dançarinas do “É o Tchan”, a gata molhada, a ereção ao vivo de Jean Claude Van Damme, a performance de BDSM da Tiazinha. Havia ali, naqueles programas, uma teatralização e ritualização de novas práticas sugeridas pela indústria fonográfica de consumo visual – de recepção, produção e circulação de imagem, prazer, publicidade e produção de subjetividade. Ereções, o mito do sabonete que escorrega, peitinhos e a produção da nossa subjetividade infanto-juvenil.

A sexualidade que é tão fascinante, se revelava no corpo das dançarinas de axé, donas de si, exibindo-se para a câmera. Enquanto festejávamos nos bailinhos da escola – a bagaceira, a cultura popular de massa requebrando até o chão do Brasil ao Egito – pudemos ressignificar o mito da democracia racial de Gilberto Freyre, (da loirinha, da moreninha) e desfilar com Raimunda sob os arcos da redonda arquitetura de Niemeyer – na mobília, nas casas, na moda, na música, na pintura, na literatura, nos modos de andar (antes anunciados pela Bossa Nova) que se inscreviam em uma gramática nacional – da geografia recortada do Rio de Janeiro, das curvas e das formas redondas e sensuais.

Contudo, enquanto o corpo e a feminilidade eram celebrados através de uma economia visual, a educação nos impunha limites na hora de sentar, de mostrar o corpo e de se relacionar que iam em sentido contrário ao das representações e práticas midiáticas. Mais do que isso, impunha também: quais espaços certos corpos poderiam ocupar e quais não deveriam ocupar. A piranhidade inspirada nas dançarinas seminuas e na pornografia servia a um sistema de representação que regulava a cisheteronormatividade e a “diferença sexual” (com peitos e bundas enormes) para consumi-la, mas não para codificá-la como sujeito agente de produtor de saberes,

localizado em espaços historicamente destinados a produção intelectual, política, econômica e etc.

A adoção de uma piranhidade era reservada a um sistema de regulação da imagem e de suas verdades sexuais, mas não às práticas sociais que negavam a esses corpos o estatuto de produtores de poderes e saberes. Esse universo de representações que modelou muitos sentidos estéticos e morais, recriava continuamente novas modas e bundas, de modo que é fundamental entendê-lo para tentar produzir respostas sobre o que somos. Retratar essas imagens como constituintes de nós flagram a necessidade de recolher os cacos que nos produziram enquanto sujeitas para contextualizá-los dentro de um mundo que não é só nosso ou seu, como também foi materializado por discursos e poderes/ saberes.

### **Devoração: o lugar ético da piranha**

Os restos e as práticas sociais de baixo valor social, são nomeados *bagaceira*. São elas: as obras artísticas sem importância, os espaços de encontro, prazer e socialização de sujeitos com pouco prestígio social e a nomeação de pessoas que se relacionam com outras igualmente desqualificadas. A bagaceira conflui piranhidade. A energia dos restos se converte em combustível político de luta cotidiana. Uma luta social invisível que se faz a partir do corpo, dos gostos coletivos (pelas culturas desprezadas), através do rastro de um futuro que pode ser vivido neste instante, do *fervo* que as esquinas, bares, zonas e encruzilhadas permitem criar.

Convocamos os restos que encontramos na bagaceira para celebrar as piranhas. Evocamos as brechas, frestas e fissuras de um sistema que pretende descartá-las enquanto rimos alto e descontroladamente de suas estratégias de controle. Erguemos um monumento às piranhas sob uma pilha de tijolos, colocamos sob uma laje e celebramos. Gostaríamos de ser convidadas a morar em um apartamento em Urano, mas nos faltou o *dress code*.

Peitos transbordando para fora do *body animal print* da Shopee. Maquiagem borrada. Brincos de argola em plástico colorido. Coloração *Beauty Color* número 9.1: louro *deep fake*. Coturno preto e aroma de perfume inspirado em importado, miniatura de 15 ml guardado na pochete. O capitalismo devora o sujeito e o transforma em tempo. Esgota o espaço e apaga a memória. Captura a boa e a má mulher, produz desejos e inseguranças e a joga sobre uma cova profunda e fria. A piranha reside na cova, recolhe os cacos, cola os pedaços e ergue um monumento de restos em si mesma.

Por residirem junto às sobras, os bagaços e restos interessam à piranha, pois se apresentam como matéria prima da sua ação política. Uma das interpretações possíveis atribuem à bagaceira o espaço reservado na área em torno dos engenhos coloniais de açúcar onde se espalhavam os bagaços de cana moída para que fossem secos e usados como combustível nas fornalhas. Na sua trincheira existencial piranhas habitam a bagaceira tal como um ato de reciclagem: nutrem-se com o que sobra da boa e da má mulher, da sexualidade normativa, do feminismo excludente e da produção literária irrelevante.

Piranha não se apresenta como mais uma identidade sexual, mas como um trânsito pela subjetividade, um encontro com o desejo, a instabilidade, a aventura: um princípio ético, prático e político. Ela também não é uma categoria que reivindica direitos ligados ao trabalho como as trabalhadoras sexuais. Muito embora, piranhas também possam ter o trabalho sexual como profissão.

A marcha das vadias no Brasil nos últimos 13 anos tem feito avanços em tentar problematizar esses polos opostos que enquadram os comportamentos das mulheres, limitando suas ações e produzindo violências. “Somos todas vadias” é um bordão que busca apagar os sentidos opostos entre a boa e má mulher evidenciando a fragilidade dessas classificações uma vez que todas as mulheres são condenadas a práticas regulatórias que atuam nomeando comportamentos que confrontam ações e estruturas de poder masculinas. Ao mesmo tempo, trabalhos como o de Letícia Barreto (2017) mostram como a marcha das vadias, muitas vezes pauta a exclusão no interior do

movimento permitindo com que se reforce o estigma trazendo frases como “nem santa, nem puta”, que acabam por reforçar o controle binário dos corpos nas esferas das feminilidades. Essa “terceira via” dentro do movimento que busca se afastar dos polos opostos entre boas e más (santas e putas) nega a condição de nomeação de “puta”. Classificar-se como vadia (ou piranha) é assumir uma luta comum pela reorganização cognitiva dos enquadramentos simbólicos e práticas sociais que conduzem a expressões de mulheridades que operam em exclusão aos corpos desviados no interior de seus enquadramentos semióticos e cognitivos.

Piranhidade é uma ação política que atravessa a sexualidade, o compartilhamento de afetos, corpos e fluídos ao encontro do prazer. É uma proposta radical que assume a experimentação da sexualidade, frente à identidade, que prefere a fluidez das possibilidades contingentes às classificações e ordenamentos fechados. É um processo, um *continuum* de vivências, trocas sempre abertas e em deslocamento. Por ter tais características não é exclusivo a um ou outro gênero, embora esteja atribuída às múltiplas esferas das mulheridades. Piranhar é uma ação vinculada as mulheres, um contra-ataque (um ataque) as estruturas de poder/ saber masculinas que atuam a fim de conferir privilégios de acesso ao sexo por corpos masculinos. Muito embora, as masculinidades dissidentes e corpos não-binários que estão em guerra com o tecnopatriarcado possam também experimentá-la.

Ser o fracasso no interior das esferas das feminilidades muitas vezes determina à piranha uma série de outras derrotas: empregos ruins, relações parentais problemáticas e relacionamentos fracassados. As noções convencionais do que é sucesso em uma sociedade cisheteronormativa e capitalista estão associadas formas específicas de agir, vestir, falar, e experimentar a maturidade reprodutiva combinada ao acúmulo de riqueza (HALBERSTAM, 2020, p. 20). A noção de sucesso nesse modelo de poder é garantida por uma imaginação individualista que ignora condições estruturais de desigualdade de raça, classe e gênero e de como assimetrias também acontecem no interior dessas categorias. No livro “A arte *queer* do fracasso” Halberstam fala sobre como as ações

em direção ao fracasso também podem apresentar potência política e não apenas opressão. A derrota também se apresenta como uma manifestação de recusa à legibilidade, à adequação, a uma subjetividade conduzida por convenções de sucesso.

A recusa em obedecer a esses padrões de idealidade que estão inscritos e atravessam nossas vidas também conduz caminhos alternativos de existência fundadas em “perder, esquecer, desconstruir, desfazer, inadequar-se, não saber” (*idem.*, p. 20). Desta maneira, partir de um lugar de inscrição que aciona o acesso ao mundo através da arte *queer* do fracasso permite, portanto, um comprometimento coletivo com a destruição com modos de vida que perturbam os demais.

Piranhidade é um comprometimento em devorar as formas de vida predatórias, devorar os homens. Nesse sentido, é uma estratégia de guerrilha (ZIGA, 2009), não somente uma performance de gênero: é rebelião. É atirar coquetel *molotov* em um baile de quinze anos, é um levante contra as promessas de sucesso da sociedade de consumo que produziram a boa mulher e esposa, é uma denúncia contra a cooptação do corpo da mulher pelo Estado. É uma risada longa e grossa (com voz de cigarro) que ecoa no vazio de um chá revelação que deu errado.

Piranhidade é assumir uma fronteira (ANZALDUA, 2000), é caminhar junto e através da subjetividade. Significa reclamar o direito a um hibridismo próprio das distintas realidades pelas quais transitam. É acessar o próprio corpo como local de aventura, energia, de fluidez, de mudança e de revisão dos elementos opostos que a compõem, versando sobre as barreiras/ligações entre pessoas, nações e indivíduos. Ou seja, é uma fronteira como um *locus* de resistência, de ruptura, de implosão e explosão também. A multiplicidade do *continuum* piranha não corresponde à exclusividade de uma identidade sexual, muito embora as práticas de piranhagem possam ser exclusivas a uma ou outra orientação sexual. No que concerne piranhar, defende-se uma proposta de radicalidade de prazer e compartilhamento, muito embora se pode optar por fazer sexo apenas consigo mesma. As piranhas podem ser heterossexuais, homossexuais,

pansexuais, assexuais ou bissexuais, militantes profundamente engajadas com a causa, ou mesmo aquelas que têm uma vida mais pacífica e pacata.

Residir na fronteira em ser piranha permite também assumir um lado não humano e canibal e conduzir práticas sexuais orientadas para uma epistemologia de afinidades e conexões. O desejo pela multiplicidade de corpos e experiências sexuais não precisa ser nomeado em categorias identitárias (muitas vezes fechadas) ou elásticas (que muitas vezes podem invalidar uma outra categoria). No entanto, residir na fronteira das múltiplas possibilidades, atravessar reunir e compartilhar desejos.

A variedade de possibilidades, o processo da conquista sexual com pessoas diversas permite experimentar diferentes formas de expressão sexual. No livro “The Ethical Slut” Dossie Easton e Catherine Liszt (1997) se perguntam como seria “combinar as energias de quatro ou cinco pessoas num encontro sexual incandescente? Como seria compartilhar intimidade física com aquela pessoa que é minha melhor amiga há dez anos? Como seria com essa outra pessoa que é tão diferente de mim?”<sup>4</sup> (*idem*, p.06). Navegar sobre a diversidade de possibilidades e abraçar diferentes modos de vida é parte do que compõe a construção das práticas e da subjetividade piranha. Assim como a *perra* de Itziar Ziga (op. cit, 2009), a fronteira existencial das piranhas permite se interessar e acessar também o que foi historicamente excluído, o lixo da heterossexualidade, os restos da feminilidade burguesa. Nos vãos sociais da precariedade as piranhas encontram seu habitat. Invocam a falsidade da categoria mulher já que podem comprá-la em lojas de R\$1,99<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Tradução nossa.

<sup>5</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

## Referências

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista de Estudos Feministas**, nº 8, n. 1, Florianópolis, jan. 2000. p. 232. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880>. Acesso em: 20 de novembro de 2020.

BARRETO, Leticia; BORGES, Anahi; GROSSI, Miriam Pillar. Vaidas, Putas e Feministas: Diálogos em Belo Horizonte. **Psicologia e Sociedade** (impresso), v. 29, p. 1-9, 2017.

BARRETO, Leticia Cardoso. **Somos sujeitas políticas de nossa própria história: prostituição e feminismos em Belo Horizonte**. 2015. 278f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015

BEAUVOIR, Simone. **O segundo Sexo: Fatos e Mitos**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980

BOSCATTI, Ana Paula Garcia. Bunda: um signo interpretativo de nova brasilidade nos anos 70 e 80 no Brasil. **Latin American and Latinx Visual Culture** 1 July 2021; 3 (3): 38–57.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do "sexo"**. Tradução de Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. 1 ed. São Paulo: n-1 Edições, 2019.

DA SILVA, Mirian B. Do Feminismo Radical ao Feminismo Pró-Sexo: Como a Pornografia é Vista? Primeiros Estudos: **Revista de Graduação em Ciências Sociais**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 102-123, 2023.

EASTON, Dossie; LISZT Catherine A. **The Ethical Slut**. Greenery Press, 1997.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva** (Coletivo Sycorax, trad.). São Paulo: Editora Elefante, 2017, 464 páginas

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 33).

GARCIA BOSCATTI, A. P. Pornonacionalismo: a expansão da bunda na cultura de massa e a reinvenção do Brasil. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, [S.

l.], v. 6, n. 19, p. 244–273, 2023. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/15326>. Acesso em: 20 fev. 2024.

GRANT, Melissa Gira. **Playing the Whore: The Work of Sex Work**. New York/London. Verso. 2014

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Tradução de William Oliveira e Daniel Miranda. Rio de Janeiro: Ed: Puc-Rio/Apicuri, 2016.

HALBERSTAM, Jack. **A arte queer do fracasso**. Tradução: Bhuvli Libanio; prefácio Denilson Lopes. Recife: 2020

HARAWAY, Donna. **Manifesto Ciborgue: Ciência, Tecnologia e Feminismo-Socialista no Final do Século XX**. In: TADEU, Tomaz (Org.). UNISINOS, 2017.

MUNCHOW, Cleiton. Espinosa de Preciado: Potência de agir como potentia gaudendi. **Cadernos Espinosanos**. USP. jul-dez, 2021.

MUNCHOW, Cleiton. Testo Yonqui. **Educ. Rev. Curitiba**, 2014. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010440602014000500013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440602014000500013&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 01 Mar. 2021.

NEGRI, A. VERCELLONE, C. “Le rapport capital-travail dans le capitalisme cognitif” en **Multitudes**, n° 32, Paris, Mars de 2008.

PRADA, Monique. **Putafeminista**. São Paulo. Veneta. 2018.

PRECIADO, Paul B. **Testo Yonqui**. Madrid: Espasa, 2008.

PRECIADO, Paul B. Multidões queer: notas para uma política dos "anormais". **Revista Estudos Feministas**, 19(1), 11–20, 2011.

PRECIADO, Paul B. **Pornotopía Arquitectura y sexualidad en «Playboy» durante la guerra fría**. Barcelona. Editora Anagrama, 2010.

PRECIADO, Paul B. Museu, lixo urbano e pornografia. **Revista Periódicus**, [S. l.], v. 1, n. 8, p. 20–31, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/23686>. Acesso em: 29 ago. 2023.

PRECIADO, Paul B. “Preciado y la sonrisa de los cocodrilos: una entrevista desde Urano. Parte ii”. Entrevista concedida à Caroline Meloni González, **El Santo Diario**, 11

de junho de 2019. Disponível em: <https://www.elsaltodiario.com/el-rumor-de-las-multitudes/paul-b-preciado-y-la-sonrisa-de-los-cocodrilos-una-entrevista-desde-urano-parte-ii>. Acesso em 30 de junho.2022.

ROLNIK, Suely. **Antropofagia Zumbi**. São Paulo: n-1 edições, 2021.

ZIGA, Itziar. **Devenir perra**. Barcelona, Melusina, 2009.

"Now I'm a *piranha* and no one will hold me back":  
A manifest for sexual devouring

Abstract: This work analyzes what we call “piranhas”, a set of practices, forms of subjectivation and effects of power linked to the spheres of femininities. For this, we seek to identify some disciplinary strategies and self-practices that result from the relationship between pornography, mass culture and medicalization. On the other hand, we try to propose a “piranha ethics” inspired by hybrid practices. In this way, we propose to build analytical paths that claim for “piranhas” a space of self-enunciation. Consequently, we chose to build a situated narrative that intends to elaborate theoretical possibilities that refer to the modes and conditions of subjectivation of these political agents.

Keywords: Piranhas (sluts), forms of subjectivation, pharmacopornography, femininity, hybridity.

**Recebido: 30/08/2023**

**Aceito: 23/02/2024**